



Estado do Rio de Janeiro
Município de Engenheiro Paulo de Frontin
Câmara Municipal de Engº. Paulo de Frontin

**Câmara Municipal de
Engº Paulo de Frontin**

Protocolo nº 542 de 09 / 04 / 25 **PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 04 DE 09 DE ABRIL DE 2025.**

Livro nº 03 Fls 49/50

Ass. [Assinatura]

“Cria a Comissão de Defesa do Consumidor no âmbito da Câmara Municipal de Engenheiro Paulo de Frontin e dá outras providências.”

A Câmara Municipal de Engenheiro Paulo de Frontin, através dos Vereadores que a esta subscrevem, no uso de suas atribuições legais, na forma Regimental, após votação no Plenário, aprova a presente resolução:

Art. 1º. Fica criada, no âmbito da Câmara Municipal de Engenheiro Paulo de Frontin, a Comissão de Defesa do Consumidor, com a finalidade de atuar na proteção e defesa dos direitos dos consumidores, bem como na fiscalização das relações de consumo no município.

Art. 2º - A Comissão de Defesa do Consumidor será composta por três (03) vereadores titulares e um (01) suplente, eleitos entre os membros do Legislativo Municipal, respeitada a proporcionalidade partidária.

Art. 3º - Compete à Comissão de Defesa do Consumidor:

- I – Analisar e emitir pareceres sobre projetos de lei, indicações e demais proposições legislativas relacionadas à defesa do consumidor;
- II – Fiscalizar e acompanhar a aplicação do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990) no município, podendo solicitar informações e esclarecimentos aos órgãos competentes;
- III – Promover audiências públicas, seminários e eventos voltados à conscientização dos direitos dos consumidores e à melhoria dos serviços prestados no município;
- IV – Receber e encaminhar denúncias relativas a infrações aos direitos dos consumidores, podendo solicitar providências aos órgãos municipais e estaduais de defesa do consumidor;
- V – Interagir com entidades e órgãos de defesa do consumidor, como o Procon, Ministério Público e associações civis, visando a cooperação na proteção dos consumidores;
- VI – Elaborar relatórios e recomendações sobre políticas públicas e ações voltadas à defesa do consumidor.

Art. 4º - A Comissão será presidida por um de seus membros, eleito entre os titulares na primeira reunião após a sua formação.

Art. 5º A Comissão funcionará no âmbito da Câmara Municipal, podendo requisitar apoio técnico e administrativo da Casa para o desempenho de suas atividades.

Art. 6º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Plenário Jauldo Gomes Balthazar, 09 abril de 2025.

KAIO JOSÉ BALTHAZAR FERREIRA
Vereador Autor